

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

**Agravo Regimental na Apelação Cível nº 14ª Vara Cível da Comarca de Recife
0128430-8**

Agravante: SIQUEIRA PIMENTEL VEÍCULOS LTDA.

Agravado: LÊDA MARIA GREMAUD NOVARES VIANA

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPRA E VENDA DE AUTOMÓVEL. EMPRESA REVENDEDORA. RESPONSABILIDADE PELA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE. SITUAÇÃO QUE PROVOCOU A EMISSÃO DE MULTA DE TRÂNSITO EM NOME DA AGRAVADA. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Tendo a Agravante recebido o veículo da Agravada e, posteriormente, revendido a um terceiro, assumiu a obrigação de providenciar o registro de transferência da propriedade, de modo que é responsável pelos prejuízos sofridos pela Recorrida ao ser surpreendida com a emissão de multas em seu nome.
2. Correta a condenação da Apelante ao pagamento de indenização por danos morais, bem como razoável está o valor arbitrado de R\$ 7.000,00.
3. Recurso Não Provido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0128430-8, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento ao agravo**, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 02 de Julho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental na Apelação Cível nº 14ª Vara Cível da Comarca de Recife 0128430-8

Agravante: SIQUEIRA PIMENTEL VEÍCULOS LTDA.

Agravado: LÊDA MARIA GREMAUD NOVARES VIANA

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO/VOTO

Cuida-se de Agravo Legal interposto contra Decisão Terminativa (fls. 468/470), que, nos autos da Apelação Cível de mesmo número, negou provimento ao recurso interposto pela ora Agravante, mantendo, assim, a sentença de 1º Grau (fls. 101/105) que julgou procedentes os pedidos da Agravada, condenando a Recorrente e o Sr. Fernando Henrique Rocha P. de Albuquerque, solidariamente, ao pagamento de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a título de indenização por danos morais, além de custas processuais e honorários advocatícios.

Na origem, apenas para esclarecer, a Agravada ingressou com Ação de Obrigação de Fazer com Pedido Liminar c/c Indenização por Danos Morais e Materiais alegando que a empresa revendedora (ora Agravante) não teria realizado a transferência da propriedade do veículo, fato que resultou na perda da sua Carteira de Motorista, tendo em vista as inúmeras infrações de trânsito cometidas pelo terceiro adquirente (Sr. Fernando Henrique).

Agora, nesse recurso, reiterando os termos da Apelação antes interposta, sustenta a Agravante, resumidamente, que não restou demonstrada a cassação da CNH, como também não houve qualquer constrangimento pessoal da Agravada em razão das multas aplicadas, motivo pelo qual não há o que se falar em dano moral capaz de gerar a reparação indenizatória.

Ao final, requereu a reconsideração da Decisão Terminativa ou, caso negativo, que o feito seja levado à mesa para o devido conhecimento da Câmara e seu conseqüente provimento.

Por não vislumbrar a possibilidade do exercício de retratação, trago à consideração deste colegiado.

É o que tinha a relatar.

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

A decisão atacada fora lançada nos seguintes termos (fls. 468/470):

“DECISÃO TERMINATIVA

(..)

Extrai-se dos autos que a autora, ora apelada, deu seu veículo (Chrysler Neon) como parte do pagamento para aquisição de outro veículo (Honda Civic) perante a Empresa Concessionária, ora apelante, a qual alienou aquele a um terceiro, tendo, no entanto permanecido o veículo ainda em seu nome.

Após a transação foi surpreendido com multas de trânsito e impostos devidos sobre veículo automotor. Entrou em contato com a Concessionária para que realizasse a transferência imediata do bem, mas foi informado que o veículo havia sido vendido a um terceiro e por isso adotaria as providências cabíveis. O veículo permaneceu em seu nome e continuou sendo notificado sobre infrações, o que gerou preocupações e transtornos, como por exemplo, processo de cancelamento e suspensão da sua Carteira Nacional de Habilitação.

De acordo com o ordenamento jurídico, é do adquirente do veículo a obrigação em efetuar a transferência de propriedade, art. 123, §1º, do Código de Trânsito Brasileiro. Com efeito, sendo dever do adquirente diligenciar a transferência da propriedade, o descumprimento de mandamento legal caracteriza uma conduta omissiva revestida de ilicitude.

E, estando o dever de indenizar assentado na *conduta, nexa de causalidade, dano e culpa*, o contexto da lide revela a presença deste quatro elementos, não obstante a desnecessidade da culpa, tendo em vista a responsabilidade civil objetiva da Apelante, em decorrência da relação de consumo havida, pois não há dúvida quanto a aplicação do CDC ao caso.

A responsabilidade decorre do simples fato de realizar a atividade de produzir, estocar, distribuir e comercializar produtos ou executar determinado serviço. Se o fornecedor introduz um risco para a sociedade, deve responder pelos prejuízos que causar.

De acordo com a Teoria do Risco, todo aquele que exerce atividade no mercado de consumo tem o dever de responder pelos eventuais vícios nos serviços fornecidos, independente de culpa, conforme dicção legal do parágrafo único, do art. 927, do CC/2002.

Neste diapasão, ao dar seu automóvel como entrada no contrato de compra e venda, assinar documentos autorizando a concessionária apelante a cumprir sua obrigação legal, o consumidor tinha a legítima expectativa de ver o bem transferido sem maiores problemas.

Portanto, entendo inquestionável o dever da Apelante reparar os danos causados ao Apelado, decorrentes do abalo de sua reputação perante o DETRAN e à sociedade.

(...)

Fica, portanto, reconhecido o dano e a obrigação de reparar por conta da falha na prestação do serviço. Comprovado o dever de indenizar, cumpre analisar o *quantum* do valor indenizatório pelo ressarcimento a título de danos morais, sabendo-se que compete ao Julgador valer-se da teoria do desestímulo, segundo a qual o ressarcimento não deve enriquecer ilicitamente o ofendido, no entanto há de ser elevado o bastante para evitar a reincidência da prática delituosa.

No tocante à fixação do montante indenizatório em **RS 7.000,00 (sete mil reais)**, considero não prosperar o inconformismo recursal, haja vista a conformidade deste valor com os critérios tradicionais da doutrina e da jurisprudência (...).

Analisando a argumentação apresentada pela Agravante, persisto no entendimento de que não restou demonstrado nos autos motivos capazes de modificar a decisão açoitada.

Nesse toar, conforme claramente se percebe, a decisão hostilizada encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantida por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão vergastada.

Ante o exposto, com fundamento na legislação e jurisprudências aplicáveis ao caso concreto, voto no sentido de manter incólume a decisão hostilizada, nos termos da fundamentação supra.

É como voto.

Recife, 02 de Julho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator